



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14886 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

**DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS ÀS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA INTERNACIONALIZAÇÃO: As possibilidades para a Educação no contexto bioceânico**  
 Linoel de Jesus Leal Ordonez - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Caroline Arnaldo Ortiz - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq/FUNDECT

## **DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS ÀS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA INTERNACIONALIZAÇÃO:**

### **As possibilidades para a Educação no contexto bioceânico**

#### **Introdução, problematização e relevância**

À luz das mais recentes tendências que acompanham o ensino superior, a internacionalização pode ser reconhecida como uma das mais fortes na atualidade, além de ser identificada como uma atividade própria da Universidade (NEVES; BARBOSA, 2020). Desatacam neste sentido, o mercado e a governabilidade institucional, como duas “criações” sociais, que caracterizam os mais contemporâneos modelos de Internacionalização do Ensino Superior (IES). Assim, essa tendência na lógica de toda a comunidade universitária, adquire dimensões simbólicas que lhe outorgam à Universidade mais prestígio e sensação de qualidade. Por outro lado, a IES é também um termo associado ao globalismo ou à globalização. A tal respeito, Akkari (2011, p. 21) refere-se com o seguinte:

“Globalização” é um neologismo proveniente do inglês “globalization”, que seria a última etapa de um processo de mundialização quase tão antigo quanto a humanidade. Os dois

termos, “globalization” e “mundialization”, são utilizados no mundo francófono na maioria das vezes de forma alternada. No entanto, a economia global atual não é equivalente à economia mundial que já existe desde o século XVI.

Neste sentido, a IES vai adquirir os sentidos territoriais, sociais, políticos e geopolíticos numa esfera além de um só território. Tais sentidos deixam o seu objeto principal - a Educação - associado a um processo de competitividade e busca pela qualidade e o posicionamento junto a universidades denominadas desenvolvidas. Assim,

o campo científico das relações internacionais tem contribuído para aprofundar o conhecimento sobre os processos de integração regional. A União Europeia é a referência de integração que mais revela resultados positivos em termos de unificação dos interesses nacionais em prol dos interesses regionais. Tais êxitos são oriundos de uma política de desenvolvimento regional (PDR) que tem priorizado três eixos: a convergência de interesses dentro dos países e entre eles; a competitividade regional; e a cooperação territorial e econômica europeia. Todos esses eixos são suportados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (PROLO; CORREIA LIMA; CANTO MONIZ, 2019, p. 5).

Em tais sentidos, se no anterior observamos o exemplo da União Europeia (por exemplo com *Erasmus +*), ou da América com o Programa *Fullbright* a ideia de cooperação entre países em bloco favoreceria maiores possibilidades de sucesso para os integrantes. A premissa que toma forma na escrita e nas análises deste texto é que as condições concretas de existência da humanidade refletida no contexto do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile se encontram entrecortadas por proposições acerca de suas histórias, suas sociedades, suas políticas e suas culturas. Assumem-se como possíveis todos os esforços que em matéria de cooperação da Rota de Integração Latino-americana (Rota Bioceânica) possam trazer desenvolvimento por intermeio de políticas educativas e linguísticas, desde a o respeito e convergência dos Estados, regiões e continentes, influenciados pela modernidade, muito embora do combate entre lógicas capitalistas e tendências progressistas.

Um desses grandes debates e lutas historicamente vem se concentrado na Educação como motor de desenvolvimento, libertação e integração local, regional nacional, e internacional. Esta premissa será possível ao assumirmos em par as políticas educativas e linguísticas, uma como forma de garantir educação como direito fundamental para todos além das fronteiras e nacionalidades, e a outro assumindo que tal Educação deve se enquadrar no respeito à diversidade e à multiculturalidade que vem dada pelas línguas faladas em determinados espaços de existência, neste caso os educativos.

Este texto tem assim como objetivo traçar um percurso analítico que situe de

forma transversal à Educação e a Língua no entendimento de políticas públicas no médio da internacionalização no contexto da Educação na Rota Bioceânica, dando-se assim a denominação de *Educação Bioceânica*.

### **Os sentidos para políticas educativas e linguísticas na Internacionalização**

Os desafios impostos globalmente pela IES são de uma complexidade inimaginável, as mudanças por ela exigidas não se verificam em outras instituições sociais ou políticas de um país. Por um lado, a ideia de que cada universidade e país concebe e interpreta a internacionalização de formas particulares, e que através dela deve desenvolver-se e autogerir-se, e por outro, o facto de que nem todas as universidades seriam capazes de aderir à internacionalização nestes termos, ou seja, à IES como quarta missão da Universidade (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012; LEAL; TAVARES, 2023).

A Internacionalização, ao ser o anseio renovado das Instituições de Ensino Superior (IESup) ou de outra índole como as de Ciência e Tecnologia (ICT), está ligada a outras áreas sociopolíticas que lhe são condicionantes, constituindo-se assim uma questão de governança institucional (LEAL; OSÓRIO, 2022). Isso é destacado por Acosta-Silva, Ganga-Contreras e Rama-Vitale (2020) quando expressam que

las relaciones entre políticas públicas, gobernanza y desempeño institucional en el campo de la educación superior suelen ser empíricamente difusas. No hay una relación directa, causal, entre estos componentes de la acción pública en la explicación, descripción y análisis de los problemas del gobierno, la eficacia directiva, o el impacto de la productividad académica de las organizaciones de educación superior en su desempeño institucional (p. 2).

A governança das IESup aborda a gestão linguística para impulsionar a sua internacionalização, na compreensão dos processos relacionados com as políticas públicas do ensino superior: mobilidade docente e estudantil, investigação interuniversitária, ensino, investigação e extensão com professores visitantes estrangeiros. Porém, esta política educativa vem a dividir espaço com a política linguística; assim será necessário assumir a Internacionalização e a Educação dentro destes dois marcos, no entendimento contextual da Rota Bioceânica. Neste sentido, a política linguística, segundo Calvet (2002), “é um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua (s) e vida social e de planeamento linguístico, a implementação concerta de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato” (p. 133). Torna-se assim uma questão fundamental, pois liga a universidade com a região, acolhe e cria uma atmosfera de intercâmbio intercultural e de comunicação através das línguas.

Por tanto, no caso da *Rota Bioceânica*, presume-se uma orientação epistemológica prévia, embora isso não exclua a possibilidade de os sujeitos expressarem dinâmicas e simbolismos para um processo de que cada vez mais falam, mas que muitos nem sabem a ciência certa do que realmente se trata. Em termos concretos, as IESup são um elo causa/efeito das políticas educativas e linguísticas.

A internacionalização como projeto debatido entre posições objetivas e subjetivas, dinâmicas neoliberais ou emancipatórias, encontra-se também entre implicações culturais, políticas, sociais e econômicas; é, portanto, um processo que pode produzir significados e simbolismos ao longo de seu percurso. Estes elementos chegam a condicionar qualquer tentativa de sucesso para uma política educativa, e mais uma política linguística, que resgata elementos como interculturalidade, direitos de comunicação e expressão, condensados nos denominados direitos linguísticos, se destacando que

a situação de cada língua, tendo em conta as considerações prévias, é o resultado da confluência e da interação de uma multiplicidade de fatores: político-jurídicos; ideológicos e históricos; demográficos e territoriais; econômicos e sociais; culturais; linguísticos e sociolinguísticos; interlinguísticos; e, finalmente, subjetivos (AGÊNCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, 1996, p.18).

Assim, como um processo cultural e tradicionalmente ligado à participação dos sujeitos sociais, as IESup necessitam pensar e compreender que todos os atores que convivem e compõem a comunidade universitária precisam compreender esse processo. Junto a isso, é necessário pensar esses elementos para além das lógicas de organização governamental enquanto instituição, mas também o homem como problema de ordem social, como ocupante cultural de um espaço ou -em termos sócio-políticos- de um território.

## **Conclusões**

A proposta de internacionalização do ensino superior continua a deixar debates, reflexões e interrogantes. Uma das razões deste tríptico conjunto concentra-se na possibilidade e condição que ela tem de agir e reagir segundo criações de impacto social e económico como o Mercado e a Governança. Entenda-se aqui por tanto que ao pensarmos em políticas públicas no imaginário internacional a situação transcende de países isolados para se instalar na confluência de interesses e processos multilaterais. A Educação é um projeto complexo, a sua assunção em termos da abrangência social, política, económica e cultural demanda pensamento não só em políticas unilaterais, senão em sistema. A Rota Bioceânica é um sistema, possivelmente um dos mais recentes na região e

sua constituição inicia em quatro nações com características sociais, econômicas, políticas e culturais bem particulares. Pensar nesse contexto políticas educativas e linguísticas implica dar um passo assumindo um amadurecimento não apenas físico estrutural, senão social, político, cultural e econômico, se centrando aos indivíduos em uma posição que possibilite a inserção da Educação e a Língua no debate de desenvolvimento sustentável para a Rota.

## Referências

AGENCIA ESPAÑOLA DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL (1996). Universal Declaration of Linguistic Rights. Documento en línea. Disponible em: [https://culturalrights.net/descargas/drets\\_culturals389.pdf](https://culturalrights.net/descargas/drets_culturals389.pdf).

ACOSTA-SILVA, Adrián; GANGA-CONTRERAS, Francisco; RAMA-VITALE, Claudio. Gobernanza universitaria: enfoques y alcances conceptuales. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, n. 33, vol. XII, pp. 3-17. 2021.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópoles: Vozes, São Paulo. 2011.

NEVES, C. E. B.; BARBOSA, M. L. de O. Internationalization of higher education in Brazil: advances, obstacles, and challenges / Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. **Sociologias**, [S. l.], v. 22, n. 54, p. 144–175, 2020.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Parábola Editorial, São Paulo. 2002.

LEAL, Linoel; OSÓRIO, Antônio. Internacionalização de la educación superior y gubernamentalidad en la universidad brasileira. In: **16ª REUNIÃO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, 16., 2022, Campo Grande. Anais... Campo Grande: UEMS, 2022. v. 1. p. 1-5.

LEAL, Linoel; TAVARES, Fabiany. Práticas educativas comparadas, geopolítica e território cultural: a internacionalização no Projeto Bioceânica Educativa/FUNDECT MS/CNPq. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 24, n. 4, p. e2444223, 2023.

PROLO, Ivor; CORREIA LIMA, Manolita; CANTO MONIZ, Gonçalo. UNILA: A universidade como vetor da integração regional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0189894, 2019.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.